

1 **ATA DA 35ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 07/11/2020.**
3

4 Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, com início às 09h, realizou-se,
5 online, a 35ª Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região
6 (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos**: Anderson Nazareno Matos; Cláudia
7 Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes
8 Aparecida Machado; Luís Henrique de Souza Cunha; Paula Lins Khoury; Reinaldo da Silva
9 Júnior; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida; Suellen
10 Ananda Fraga, Walter Melo Júnior e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros Suplentes**:
11 Cristiane Santos de Souza Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; João Henrique
12 Borges Bento; Larissa Amorim Borges; Liliane Cristina Martins; **Quórum de Conselheiros**
13 **Efetivos**: Foi verificado o quórum dos Conselheiros Efetivos presentes, totalizando 13,
14 tendo o Plenário elevado à condição de Conselheiras efetivas Cristiane Santos de Souza
15 Nogueira e Elza Maria Gonçalves Lobosque. **Justificativas de ausência**: Bruna Rocha
16 Diniz de Almeida, Camila Bahia Leite; Carolina de Siqueira Coutinho; Jéssica Gabriella de
17 Souza Isabel; Luiz Felipe Viana Cardoso; Maria de Lourdes Guimarães de Almeida Barros,
18 Marleide Marques de Castro, Rodrigo Padrini Monteiro e Thiago Ribeiro de Freitas
19 justificaram ausência. **Assuntos tratados**: **COE**: A Conselheira Rita Almeida apresentou
20 os seguintes pontos de pauta: 1) Representação 019/2020: Apresentação de relatório com
21 proposta de Instauração de Processo Disciplinar Ético. O XVI Plenário aprovou por 12
22 votos favoráveis e 1 abstenção a proposta de instauração de processo ético **Deliberação**:
23 Dar ciência às partes. 2) Minuta de Resolução a respeito de audiências e julgamentos
24 virtuais: A Conselheira Rita Almeida informou que o CFP encaminhou Ofício-Circular Nº
25 154/2020/SOE/Plenária-CFP com envio de Minuta de Resolução a respeito de audiências e
26 julgamentos virtuais para contribuições dos CRP's. Explicou que a partir de Janeiro/2021
27 será permitido fazer algumas ações de forma virtual tais como audiências de instrução e
28 julgamentos com o uso de videoconferência, em caráter excepcional. Sugeriu enviar como
29 contribuição ao CFP a Resolução CRP-MG Nº 003/2020, que aprova a Instrução Normativa
30 no 001, da Comissão de Ética, que regulamenta, no âmbito do Conselho Regional de
31 Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais (CPR04-MG), as atividades investigatórias,
32 instrutórias e decisórias dos processos disciplinares a serem realizadas por intermédio de
33 tecnologias da informação e comunicação. O Conselheiro Reinaldo Júnior concordou com
34 o envio da Resolução do CRP-MG. **Deliberação**: O XVI Plenário aprovou o envio da
35 Resolução CRP-MG Nº 003, de 25 de Maio de 2020 como contribuição à Minuta elaborada
36 pelo CFP. **CDH**: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que será realizado o Seminário de
37 Direitos Humanos nos dias 10 e 11/12/2020. Apresentou a proposta de temas e horários
38 para as mesas e informou que as(os) mediadoras(es) das mesas ficarão responsáveis pela
39 organização e composição das mesmas. A Conselheira Liliane Martins ressaltou que a
40 Coordenação Colegiada da CDH se reúne toda quarta-feira e a proposta de temas para as
41 mesas foi construída por este Coletivo. O Conselheiro Reinaldo Júnior solicitou às(aos)
42 Conselheiras(os) verificarem os movimentos sociais e entidades que possam compor as
43 mesas e indicar os nomes para as(os) mediadoras(es). A Conselheira Elza Lobosque
44 propôs acrescentar as Comissões que não estavam contempladas nas mesas, a saber:
45 Avaliação Psicológica, Esporte, Formação, Escolar e CLEROT. A Conselheira Liliane
46 Martins explicou que o evento será em 2 dias por causa de atividades já agendadas para a
47 quarta-feira, restando o sábado de manhã, caso seja necessário o acréscimo de mesas ao
48 evento. São 3 convidadas(os) por mesa com duração de 2h cada. A Conselheira Lourdes
49 Machado propôs que as atividades sejam ampliadas para mais 1 dia, incluindo as
50 entidades da psicologia (ABEP, ABRAPEE, IBAP, ABRAPSO, PSIND-MG) e os dois
51 movimentos que participaram do Planejamento Estratégico (Fórum Mineiro de Saúde
52 Mental e Fundação Gregório Barenblitt) nas mesas. Sugeriu a discussão de temas como:
53 porte de armas (IBAP); psicóloga(o) na rede de educação básica englobando a Formação e
54 Psicologia Escolar (ABEP e ABRAPEE); relações de trabalho (PSIND-MG); Psicologia

55 Social – comunidades terapêutica, encarceramento da população de rua (ABRAPSO,
56 FMSM e Fundação Gregório Barenblitt). O Conselheiro Reinaldo Júnior reforçou a
57 indisponibilidade de data para realização do Seminário em três dias. A Conselheira Paula
58 Khoury ressaltou que não é possível contemplar todas as Comissões e propôs dar um
59 crédito à Comissão de Direitos Humanos. Não concorda em dar voz neste evento a
60 representações institucionais das entidades da psicologia em detrimento dos profissionais
61 da ponta. Defendeu que as temáticas propostas pela CDH englobam muitos assuntos
62 pertinentes e atuais. A Conselheira Cristiane Nogueira concordou com a Conselheira Paula
63 Khoury, avaliou que ao trazer as entidades para os eventos, sofre-se o risco das
64 discussões serem sempre as mesmas, além de um desrespeito a CDH que propôs as
65 atividades. No seu entendimento o evento é para dar retorno à categoria e não aos
66 parceiros institucionais. As parcerias já estão estabelecidas. Argumentou que Dezembro é
67 um mês curto para realização de atividades e não adianta esticar mais a agenda e sofrer o
68 risco de esvaziar o evento. Por fim, colocou o seu nome a disposição para mediar a mesa
69 7, que já tem duas pessoas convidadas e informou que a mesa 4 terá mediação da
70 Conselheira Renata Miranda. A Conselheira Lourdes Machado informou que pode pedir
71 para a entidade indicar alguém da ponta para fazer a representação. Lembrou que as
72 entidades só participaram do planejamento estratégico e de uma mesa institucional no dia
73 da Psicologia. Explicou que a proposta de participação no Seminário de Direitos Humanos
74 foi levada para a reunião das entidades da Psicologia Mineira e há uma expectativa pela
75 participação. No seu entendimento faltou levar a discussão da reunião das entidades para
76 a Coordenação da CDH. A proposta é de construção coletiva do evento, uma vez que os
77 Direitos Humanos são transversais. A Conselheira Suellen Fraga ponderou que só se
78 pensa eventos como forma de comunicação. Existem outras ações de comunicação que
79 não estão sendo utilizadas. Sugeriu apresentar estas formas de comunicação para as
80 entidades parceiras, como escritas de artigos, entre outras ações possíveis. Não concorda
81 em acrescentar mesas e aumentar datas ao Seminário, sabendo que tem outros eventos
82 no mês de Dezembro. A Conselheira Elza Lobosque abriu mão da proposta de mesa sobre
83 avaliação psicológica no evento de Direitos Humanos, reforçando o trabalho desenvolvido
84 com o material com respostas à categoria sobre o tema. O Conselheiro Reinaldo Júnior
85 informou que para chegar neste formato, tiveram conversas, atravessamentos e questões
86 logísticas envolvidas. O coletivo se reuniu e deu conta de produzir a proposta de mesas
87 apresentada. Colocar mais atividades pode impactar em toda a organização da
88 Comunicação. O evento está estruturado, mas a composição das mesas ainda não foi
89 fechada, o mesmo se aplica em relação à criação de arte e divulgação. Os temas das
90 mesas são muito amplos, sendo possível incorporar os nomes. Sugeriu dar autonomia para
91 as pessoas que ficarem na mediação possam realizar os contatos com as entidades e
92 movimentos sociais envolvidos. Fez a proposta de encaminhamento que o evento seja de
93 dois dias e que cada mediador tenha autonomia para construir a mesa e apresentar os
94 nomes até quinta-feira 12/11. A Conselheira Cristiane Nogueira informou que contemplou o
95 Fórum Mineiro de Saúde Mental na mesa 7 e reforçou a fala do Conselheiro Reinaldo
96 Júnior sobre a possibilidade de se incorporar as entidades nas demais mesas. A
97 Conselheira Liliane Martins listou os nomes dos mediadores: Mesa 1 – Conselheiro
98 Reinaldo Júnior; Mesa 2 – Conselheira Marleide Marques; Mesa 3 – Conselheira Liliane
99 Martins; Mesa 4 – Conselheira Renata Miranda; Mesa 5 – Conselheira Paula Khoury e
100 Conselheiro Fabrício Ribeiro, Mesa 06 – Conselheiro Rodrigo Padrini e Conselheira Elza
101 Lobosque; Mesa 7 – Conselheira Cristiane Nogueira; Mesa 08 – Conselheiro João
102 Henrique. A Conselheira Renata Miranda sugeriu incorporar a luta pela implantação da Lei
103 13935/2019 e o tema da avaliação psicológica e trânsito. A Conselheira Lourdes Machado
104 propôs a abertura oficial à noite do dia anterior e ganhar mais um horário pela manhã no
105 dia 10/12. Incluir pautas como o do encarceramento em comunidades terapêuticas. O
106 Conselheiro Luis Henrique defendeu a importância da temática da Lei 13.935/2019 como
107 eixo transversal com a participação das entidades envolvidas com o tema. A Conselheira
108 Liliane Martins solicitou considerar a paridade racial e de gênero na composição das

109 mesas. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu projeções nos prédios e postagens
110 simultâneas alusivas ao Dia dos Direitos Humanos. O Conselheiro João Henrique ressaltou
111 a necessidade de envio de e-mail para a Gerente Administrativa Mônica Campos para
112 acompanhar e orientar os processos administrativos necessários. A Conselheira Lourdes
113 Machado informou que o Assessor Parlamentar e de Relações Institucionais Antônio
114 Coquito e a Assessora de Comunicação serão responsáveis pela organização da ação.
115 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 12 votos favoráveis e 5 contrários a realização
116 do Seminário de Direitos Humanos em 2 dias com o mediador responsável pela
117 composição da mesa. Aprovou ainda a projeção nos prédios e postagens simultâneas
118 alusivas aos Direitos Humanos. Comissão de Título de Especialistas: A Conselheira Elza
119 Lobosque apresentou para aprovação 21 (vinte e um) títulos de especialista dos quais 09
120 (nove) em Psicologia do Trânsito; 06 (seis) em Avaliação Psicológica; 02 (dois) em
121 Neuropsicologia; 01 (um) em Psicologia Organizacional e do Trabalho; 01 (um) em
122 Psicologia Hospitalar; 01 (um) em Psicopedagogia e 1 (um) em Psicologia Clínica. Pelo
123 indeferimento de 1 (um) pedido de concessão de título de especialista que estava em
124 desacordo com a Resolução CFP Nº 013/2007. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o
125 parecer pela concessão de 21 títulos de especialista e o indeferimento de 1 título de
126 especialista. Retomada da Comissão de Orientação em Psicologia do Trânsito: A
127 Conselheira Elza Lobosque solicitou aprovação para criação da Comissão de Orientação
128 em Psicologia do Trânsito na Sede. A Comissão já existiu e estava desativada nas últimas
129 gestões. Indicou a coordenação conjunta pelas psicólogas Selma Lúcia Santos e Ana Luisa
130 Barbosa Rodrigues. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 15 votos favoráveis a
131 retomada da Comissão de Orientação em Psicologia do Trânsito da Sede e a coordenação
132 conjunta pelas Colaboradoras Selma Lúcia Santos e Ana Luisa Barbosa Rodrigues.
133 Avaliação de Desempenho – indicação de 02 Conselheiros: A Conselheira Elza Lobosque
134 informou que participou da Reunião do PCCS e foi discutida a avaliação de desempenho.
135 Na oportunidade propôs que os 60% da avaliação de desempenho sejam divididos 30%
136 pela chefia imediata e 30% por Conselheiras(os). A proposta é melhorar a comunicação
137 com as(os) empregadas(os) públicas(os). Existem relações diretas de Conselheiras(os)
138 com setores e os que não tiverem Conselheiras(os) de Referência sugeriu ao Plenário
139 indicar os nomes. O Conselheiro Yghor Gomes questionou o peso da participação da(o)
140 Conselheira(o) de Referência e o conhecimento do setor para fazer esta avaliação. A
141 Conselheira Elza Lobosque propôs reduzir o percentual da avaliação pelas(os)
142 Conselheiras(os) a 15%, junto com a chefia imediata. A Conselheira Cristiane Nogueira
143 perguntou se será realizado Encontro Virtual com as(os) empregadas(os) públicas(os). A
144 Conselheira Lourdes Machado propôs avaliar junto a Assessora de Gestão de Pessoas
145 Taimara Spinelli a possibilidade de realização da Semana de Integração com as(os)
146 empregadas(os) públicas(os) em Dezembro/2020 e depois dar publicidade as(aos)
147 Conselheiras(os). Ponderou que foi realizado um trabalho muito grande para resgatar a
148 confiança e abrir acesso às(aos) empregadas(os) públicas(os). Se for decidido por ter
149 participação de Conselheira(o) na Avaliação de Desempenho, que seja lembrado deste
150 compromisso. Sugeriu deixar que a Assessora de Gestão de Pessoas Taimara Spinelli
151 desenvolva o trabalho dela e no ano que vem retomar a discussão. A Conselheira Elza
152 Lobosque explicou que esta proposta veio da empresa Veli, pensando na diminuição do
153 peso da avaliação da chefia imediata. Assim a(o) Conselheira(o) dividiria a
154 responsabilidade com a chefia imediata nesta avaliação. O Conselheiro Yghor Gomes
155 reforçou que o peso e a forma de avaliação foram apresentados ano passado. Trata-se de
156 um piloto para a implementação da Avaliação de Desempenho. O papel da Assessora de
157 Gestão de Pessoas Taimara Spinelli é fazer o contraponto da relação chefia e
158 empregada(o). A proposta da Conselheira Elza Lobosque contempla a participação da(o)
159 Conselheira(o) na avaliação, atuando juntamente com o Gerente do setor. A Conselheira
160 Evely Capdeville avaliou como importante ter este equilíbrio na avaliação. Para várias
161 áreas da gestão tem Conselheira(o) de Referência. Propôs que as(os) dois
162 Conselheiras(os) que forem indicadas(os) dialoguem com a(o) Conselheira(o) de

163 Referência. O Conselheiro Yghor Gomes propôs que a Gerência dialogue com as(os)
164 Conselheiras(os) de Referência na avaliação do setor. **Deliberação:** O XVI Plenário
165 aprovou a participação da(o) Conselheira(o) de Referência na Avaliação de Desempenho
166 do setor sob sua responsabilidade, juntamente com a Gerência responsável. Informes da
167 reunião de Presidentes: A Conselheira Lourdes Machado apresentou os seguintes informes
168 da reunião de Presidentes do Sistema Conselhos: 1) Tabela de honorários: A Tabela atual
169 é referente a uma pesquisa realizada em 2013 e publicada em 2016 pela FENAPSI. Será
170 necessária atualizá-la. 2) Regime jurídico dos Conselhos: O STF não publicou a súmula
171 referente à discussão do Regime Jurídico dos Conselhos. O CRP-BA aderiu ao regime
172 jurídico único. O CFP recomendou aguardar a publicação da Súmula para discutir nos
173 CRPs. 3) Dimensionamento de psicólogos por leitos hospitalares: Foi montado um GT da
174 APAF para discutir o dimensionamento de leitos hospitalares. Com a pandemia foi criado
175 um grupo menor com a participação dos regionais que contou com a Colaboradora Junia
176 Lara representando o CRP-MG. O CREPOP está ajudando o GT da APAF, mas não é uma
177 produção de uma referência técnica sobre o tema. Sugeriu cobrar um posicionamento do
178 GT da APAF. 4) Parcelamento de anuidades: O CRP-BA está propondo aumentar o
179 parcelamento da anuidade. O CFP sugeriu que os CRPs conversem nas suas Plenárias
180 antes da reunião da APAF. O Conselheiro Yghor Gomes explicou que a proposta
181 apresentada pelo CRP-BA de aumentar para 8x o número de parcelas torna-se inviável ao
182 CRP-MG pela forma de cobrança feita pelo setor financeiro. No dia 1º de junho começa a
183 ser feita a cobrança administrativa de quem faltou pagar alguma das parcelas. Em
184 Agosto é enviada a cobrança judicial da anuidade do ano anterior. Além disso, terá um
185 ônus financeiro com o custo dos boletos que serão acrescidos. Será feita a defesa pelo
186 Gerente Financeiro-Contábil destas questões para levar para a APAF. A sugestão para
187 aumentar o número de parcelas seria o pagamento por cartão de crédito. O CRP-MG não
188 está conseguindo definir com os Bancos a contratação do serviço devido a este momento de
189 pandemia. 5) Situação do Amapá: O Sistema Conselhos está propondo um posicionamento
190 sobre a situação vivenciada pelo Estado do Amapá com falta de energia elétrica. 6)
191 Atribuições do psicólogo da Rede Básica A Conselheira Lourdes Machado deu o nome da
192 Comissão de Psicologia Escolar e Educacional para participar do GT das atribuições da(o)
193 Psicóloga(o) na Rede Básica. Atividades no Mês de Novembro/2020: A Conselheira
194 Suellen Fraga informou que as Comissões de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-
195 Raciais da Sede e Subsede estão mobilizando para realização das atividades em alusão ao
196 Dia da Consciência Racial. Pedido do Colaborador Filippe de Mello: A Conselheira
197 Cristiane Nogueira informou que recebeu e-mail do Colaborador Filippe de Melo
198 comunicando sua indisponibilidade em realizar atividades e representações pelo CRP-MG.
199 A Conselheira Liliane Martins reforçou que o Colaborador Filippe de Mello é o
200 representante de Minas Gerais na CDH Nacional do CFP e fica difícil ele não poder
201 participar das atividades ligadas aos Direitos Humanos. O Conselheiro Reinaldo sugeriu
202 ligar para o Colaborador Filippe e entender o que está acontecendo. A Conselheira
203 Cristiane Nogueira informou que fez os convites para o Colaborador Filippe de Mello para a
204 mesa no Seminário de Direitos Humanos. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou a
205 participação do Colaborador nas ações feitas junto com o Ministério Público nas Inspeções
206 Concordou com a proposta do Conselheiro Reinaldo Júnior ligar e retornar ao Plenário a
207 resposta. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville,
208 lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais
209 presentes. Belo Horizonte, 07 de novembro de 2020.

